

## UMA VISÃO NO PRINCÍPIO DE REJEIÇÃO RAZOÁVEL NO CONTRATUALISMO DE SCANLON

GUILHERME GONÇALVES MENEGHELLO<sup>1</sup>; EVANDRO BARBOSA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPEL - [guilherme.gmeneghellofilo@gmail.com](mailto:guilherme.gmeneghellofilo@gmail.com);

<sup>2</sup>UFPEL – [evandrobarbosa2001@yahoo.com.br](mailto:evandrobarbosa2001@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A teoria contratualista da moralidade que foi recentemente desenvolvida por T.M. Scanlon, com base nos trabalhos de John Rawls, representa uma nova partida no pensamento ético e um avanço nas formulações existentes de pensar o contratualismo. Sustentando que um ato é errado se o seu desempenho sob as circunstâncias não fosse permitido por qualquer conjunto de princípios para a regulação geral do comportamento que ninguém poderia razoavelmente rejeitar ...<sup>1</sup>. A teoria fornece um relato dos aspectos interpessoais da moralidade. o que Scanlon chama de moralidade do que devemos um ao outro "- em oposição à moralidade no sentido mais amplo. A teoria pretende ser uma explicação da propriedade do próprio erro.

Uma objeção padrão ao contratualismo de Scanlon é que ele é um acréscimo desnecessário ao raciocínio moral comum. Chame isso de "objeção de redundância". A objeção de redundância foi originalmente colocada por Philip Petti<sup>2</sup>. O argumento é basicamente este: o erro moral deve ser entendido em termos de rejeição razoável. De acordo com Scanlon:

"Para decidir se seria errado fazer X nas circunstâncias C, deveríamos considerar possíveis princípios que governam como alguém pode agir em tais situações, e perguntar se qualquer princípio que permitisse fazer X naquelas circunstâncias poderia, por essa razão, razoavelmente ser rejeitado." (Scanlon, pag. 195,1998)<sup>3</sup>

As razões para a rejeição são razões morais, como a de que meu ato seria injusto, discriminatório ou algo do tipo. Mas uma vez que tenhamos esses fundamentos para rejeitar algum princípio de ação, parece que temos tudo o que precisamos. Dizer que esses princípios podem ser razoavelmente rejeitados parece não acrescentar nada aos motivos que temos para rejeição. Penso que a atenção ao status do princípio contratualista de Scanlon mostra que seus críticos entendem mal o que seu princípio especifica. Uma vez que reconhecemos isso, podemos ver que ele não está aberto à objeção de redundância como declarado. O princípio de Scanlon não é para nos dizer o que faz certas ações moralmente erradas, mas sim para nos dizer o que é que essas ações são moralmente erradas. O princípio, portanto, não especifica o fundamento do erro moral, mas a natureza do erro moral. Consequentemente, não pode ser criticado porque não acrescenta a esses fundamentos.

1 Scanlon, T. 1998. What We Owe To Each Other. Cambridge. Mass.: Harvard University Press.

2 Pettit, P. 1993. The Common Mind. New York: Oxford University Press.

3 Tradução livre.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa será realizada através do estudo e análise interpretativa de obras academicamente reconhecidas de autores que desenvolveram o conceito, buscando relacionar a proposta deontológica, seu pensamento e aos demais teóricos, pré-selecionados, que abordam o tema. com a interpretação e comparação das distintas descobertas realizadas dentro deste ramo filosófico, assim fazer o desenvolvimento que contemple a motivação e obrigações para agentes dentro dos parâmetros da pesquisa

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos diz o fundamento do erro moral, ou seja, o que torna certos atos moralmente errados, ou nos diz a *natureza* do erro moral - isto é, o que é que necessário para um ato ser moralmente errado?

Scanlon aborda a questão de status na introdução do What We Owe to Each Other e no capítulo 4. É mais natural compreendê-lo como oferecendo uma explicação do fundamento mais fundamental do erro. Assim entendido, ele sustentaria a visão de que, em última análise, o que faz certos atos serem moralmente errados é que eles são permitidos por princípios que outros poderiam razoavelmente rejeitar. Mas Scanlon apresenta duas razões para negar que o status de seu princípio contratualista deve ser entendido dessa maneira. A primeira razão é que esse entendimento significaria que o erro moral seria uma propriedade distinta, isto é, distinta do princípio contratualista que o fundamenta. Uma vez que Scanlon pensa que o erro moral de um ato nos dá uma razão distinta para não o fazer, se o erro moral é distinto do princípio contratualista, então sua força de justificação não terá sido explicada.

“...enquanto um objetivo da minha conta contratualista é dar um critério geral de erro que explica e vincula essas propriedades erradas mais específicas [como ser um assassinato intencional ou a quebra de uma promessa], este não é seu único, ou mesmo seu chefe, alvo. Ele também visa caracterizar o erro de uma forma que deixa claro quais as razões que o erro oferece, e esse objetivo vai além de dizer "o que torna os atos errados", pelo menos na leitura mais natural dessas palavras.” (Scanlon, pag.11, 1998)

A segunda razão que ele oferece contra entender seu princípio contratualista como uma explicação do fundamento do erro é que essa compreensão nos forçaria a considerar o erro tanto ao longo das linhas morais, quanto uma propriedade normativa não-analisável, ou como a propriedade de ordem superior de violação. Padrões importantes de conduta e, portanto, aberta a (algumas ou outras) objecções graves (Scanlon, 1998). Mas Scanlon acha que há problemas com esses dois relatos alternativos de erros. As razões que temos para evitar ações erradas e criticar aqueles que se engajam nelas" (Scanlon, pag.11, 1998). O problema com a conta do erro como uma propriedade de ordem

superior é que isso significaria que o erro não é uma propriedade de arrependimento. Seria, pelo contrário, a propriedade que outras propriedades têm de fornecer razões de um certo tipo. Mas, ele escreve, "em pelo menos uma ampla gama de casos, o fato de um ato ser errado parece propiciar-nos uma razão para não o fazer, em vez de meramente indicar a presença de outras razões (embora possa fazê-lo". também) '(Scanlon, pag.11, 1998).

#### 4. CONCLUSÕES

A noção de razoabilidade serve como uma espécie de filtro, de modo que as razões não-morais de um agente podem fundamentar uma rejeição razoável somente se forem moralmente apropriadas para tomarem as razões de tal rejeição. Que seu princípio me impediria de completar meu projeto não traria uma rejeição razoável se, por exemplo, meu projeto for um extermínio genocida de um determinado grupo de pessoas. Tampouco uma razão é razoável se transformar em uma razão moral.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- O'NEILL, O. *Constructions of Reason. Explorations of Kant's Practical Philosophy*. New York: McGraw-Hill, 1989.
- Mill, J.S. *Utilitarianism*. Pp. 131–201 in *On Liberty and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- STEMMER, P. *Contratualismo moral*. *Ethic@*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1 e 2, p. 203-226, 2002
- Pettit, P. *Can contract theory ground morality?* in James Dreier (ed.), *Contemporary Debates in Moral Theory*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- Pettit, P. *The consequentialist perspective*. Pp. 92–174 in Marcia Baron, Philip Pettit and Michael Slote, *Three Methods of Ethics*. Oxford: Blackwell Publishing, 1997.
- Phillips, D. *Contractualism and moral status*. *Social Theory and Practice*, 24, 183–204, 1998.
- SCANLON, T. M. *How I Am Not a Kantian*. In: *On What Matters: Volume Two*. Oxford Scholarship, 2015.
- SCANLON, T. M. *What We Owe to Each Other*. Harvard: Harvard University Press, 1998
- SCANLON, T.M. *Being realistic about reasons*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- SCANLON, T.M. *Contractualism and utilitarianism*. in Amartya Sen and Bernard Williams (eds), *Utilitarianism and Beyond*. Cambridge University Press, 1982.